



## Síndrome de Down, Inclusão e Aprendizagem Significativa

### *Down Syndrome, Inclusion, and Meaningful Learning*

**Michele Fischer Renzo Silverio**

**Resumo:** Este estudo tem como objetivo abordar e elencar importantes períodos da história da Educação Especial, os preconceitos enfrentados ao longo dos tempos e analisar teorias e práticas pedagógicas que podem vir a auxiliar no processo de ensino-aprendizagem das crianças com Síndrome de Down. No decorrer do trabalho, serão abordados assuntos relevantes como os níveis de deficiência mental e as características das crianças com síndrome de Down. Para a elaboração dessa pesquisa científica, foi realizado um estudo detalhado de várias obras literárias a fim de agregar o conhecimento sobre o assunto discutido. Essa pesquisa foi desenvolvida com o intuito de ressaltar que infelizmente ainda existem barreiras no processo de inclusão das crianças com Síndrome de Down e Deficiência Mental, por conta de condições pedagógicas insuficientes e estrutura física inadequada por parte das escolas, impossibilitando de receber e oferecer as condições necessárias para o atendimento dessas crianças, destacando a falta de preparo dos profissionais da educação, que deixam de privilegiar uma construção coletiva organizada com base nas necessidades individuais dos alunos que necessitam de educação especial. Essas crianças possuem suas limitações; portanto, é primordial considerar a importância do apoio da família para que elas se sintam especiais e amadas em um ambiente acolhedor e motivador para que avancem na aprendizagem significativa.

**Palavras-chave:** deficiência mental; síndrome de Down; aprendizagem; educação especial; inclusão.

**Abstract:** This study aims to address and list important periods in the history of Special Education, the prejudices faced over time, and the analysis of theories and pedagogical practices that may help in the teaching-learning process of children with Down Syndrome. Throughout the work, relevant topics will be addressed, such as the levels of Mental Disability and the characteristics of children with Down Syndrome. For the preparation of this scientific research, a detailed study of various literary works was carried out in order to add knowledge about the subject discussed. This research was developed to highlight that, unfortunately, there are still barriers in the inclusion process of children with Down Syndrome and Intellectual Disabilities, due to insufficient pedagogical conditions and inadequate physical structure on the part of schools, making it impossible to receive and provide the necessary conditions for the care of these children, emphasizing the lack of preparation of education professionals, who fail to prioritize an organized collective construction based on the individual needs of students who require special education. These children have their limitations; therefore, it is essential to consider the importance of family support so that they feel special and loved in a welcoming and motivating environment to advance in meaningful learning.

**Keywords:** mental disability; Down syndrome; learning; special education; inclusion.

## INTRODUÇÃO

O objetivo desse artigo foi analisar as lutas a fim de superar os preconceitos enfrentados ao longo da história de indivíduos com síndrome de Down, caracterizada por alteração nos genes do cromossomo 21, o qual acomete algumas determinações semelhantes a todos os portadores dessa síndrome, como retardo mental, boca pequena, olhos puxados, cabeça arredondada, geralmente acompanhada de dificuldades na aprendizagem que esses discentes, onde pode ser desencadeadas consequências no desenvolvimento integral desses indivíduos se caso não desenvolvido formas mais adequadas de trabalho, adaptando a grade curricular através de metodologias diferenciadas.

O termo dificuldades de aprendizagem refere-se a vários distúrbios, gerando uma ampla gama de problemas que podem afetar qualquer área do desenvolvimento. Observam-se o empenho e a interação a partir das práticas pedagógicas, fazendo uma reflexão sobre o papel desempenhado pelo professor em sala de aula. De acordo com Mills (*apud* Schwartzman, 1999, p. 233), o processo educacional de uma criança é uma atividade muito complexa, que exigirá adaptações de ordem curricular, requerendo um cuidadoso acompanhamento dos educadores, da escola e dos pais.

No âmbito familiar, é importante ressaltar o acompanhamento da família no desenvolvimento da criança e a harmonia no convívio familiar para a aquisição da linguagem. A boa convivência familiar serve para o estímulo das habilidades das crianças. Chacon (1995) afirma que uma deficiência, seja qual for, é uma condição indesejável e não há razões para se crer no contrário. Quando nos deparamos com um problema desse tipo, o drama será maior não tanto pela deficiência, mas pela atitude da sociedade para com ela. De modo geral, as características dos níveis da deficiência mental, assim como o impacto que a Síndrome de Down pode causar no processo de ensino-aprendizagem dos discentes portadores dessa síndrome. Segundo Santos (2006), a aprendizagem é concebida por meio da interação e mediação do sujeito com o mundo, onde um vai interferir no outro.

Essa pesquisa foi desenvolvida para ressaltar a relevância da educação especial no desenvolvimento das crianças que são portadoras de Síndrome de Down e a importância da estimulação precoce como forma de obtenção e aquisição da linguagem. Vygotsky (1988) enfatiza: “Desde o início do desenvolvimento da criança, suas atividades adquirem um significado próprio dentro do contexto social em que vive”. O autor enfatiza que toda criança passa por várias etapas de aprendizado desde o seu nascimento.

No entanto, a educação em salas heterogêneas exige do educador um enfoque para a inclusão desses indivíduos através de práticas pedagógicas que valorizem as diferenças e a diversidade dos indivíduos, considerando duas importantes diretrizes na formação e atualização profissional, uma que se refere ao conteúdo e a outra, relacionada à forma de desenvolver esse conteúdo de maneira ampliada, adaptando o planejamento e os processos de ensino de acordo com a realidade.

Na inclusão, o vocabulário de integração é abandonado, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou um grupo de alunos que já foram anteriormente excluídos. A meta primordial da inclusão é não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo (Werneck, 1997, p.52).

Nesse sentido, surgiu a necessidade de compreender o cenário histórico da evolução da educação especial ao longo do tempo.

Em meados do século XX, surge a defesa de uma sociedade inclusiva, através das lutas dos movimentos sociais contra todos os tipos de discriminação que impedem o exercício da cidadania plena das pessoas com deficiência. Dando andamento nesse período histórico, surgiram diversos questionamentos em relação aos modelos de ensino e de aprendizagem homogêneos que desencadearam a exclusão nos espaços escolares. Dessa forma, ocorreram várias críticas às demandas de categorização e segregação de alunos encaminhados para as salas de aula com condições especiais. Diante das necessidades exigidas pela defesa contra o preconceito, as primeiras escolas especializadas e as classes especiais começaram a surgir a partir da década de 50. A Educação Especial começou a consolidar-se como um subsistema da Educação Comum. Caracterizou um período no qual predominou a concepção científica da deficiência, apoiada na atitude social do assistencialismo que estava presente desde a Idade Média, ficando reproduzido pelas instituições filantrópicas de atendimento aos alunos com deficiência. Na década de 70, com o avanço dos estudos nas áreas de Psicologia e Pedagogia, surgiu uma proposta de integração, na qual alunos com deficiência começaram a frequentar as classes comuns, oportunizando as possibilidades de aprendizado educacional para as crianças com deficiência como forma de reabilitação dentro de um novo paradigma educacional.

Percebe-se, entretanto, que ainda coexistia um demonstrativo de marginalização por parte dos sistemas educacionais, que privavam as condições necessárias para que os alunos com deficiência alcançassem sucesso na escola regular.

Gomes (2007, p. 15) afirma que:

A deficiência mental não se esgota na sua condição orgânica e/ou intelectual e nem pode ser definida por um único saber. Ela é uma interrogação e objeto de investigação de inúmeras áreas do conhecimento. [...] O medo da diferença e do desconhecido é responsável, em grande parte, pela discriminação sofrida pelas pessoas com deficiência, mas principalmente por aquelas com deficiência mental.

Na maioria das vezes, ocorrem atitudes discriminatórias por falta de conhecimento do assunto, das diferenças alheias, sem nem dar a oportunidade de conhecer suas particularidades e singularidades.

Com o passar dos anos, nas décadas de 80 e 90, iniciou-se a proposta de inclusão de alunos com deficiência, numa perspectiva mais inovadora em relação à

proposta de integração da década anterior, mas, mediante a realidade, os resultados não modificaram muito a qualidade educacional, solucionando o fracasso desses alunos. Nessa proposta de inclusão, propõe-se que os sistemas educacionais sejam responsáveis por criar condições para promover uma educação de qualidade para todos, realizando as adequações necessárias que atendam às prioridades educacionais especiais dos alunos com deficiência.

Quando é pensado numa inclusão das pessoas com síndrome de Down no âmbito da instituição educacional tem como finalidade o acesso e permanência, contribuindo para a melhoria da qualidade do atendimento especializado a proposta das ações inclusivas é proporcionar a equidade de oportunidades aos indivíduos com deficiências com o objetivo de redução todos os fatores que levam à exclusão e relacionadas a qualquer forma de desvalorizações, referidas à capacidade de desempenho cognitivo, à etnia, ao gênero, à posição social, à estrutura familiar, ao estilo de vida ou à sexualidade.

## NÍVEIS DE DEFICIÊNCIA MENTAL

Segundo Vasconcelos (2004), o retardo mental é um dos transtornos mais comuns em crianças e adolescentes. A deficiência mental pode ser dividida em quatro níveis diferenciados entre si. Segundo Vasconcelos (2004, p. 71):

São utilizadas diferentes classificações com a finalidade de facilitar a investigação clínica do retardo mental. Pode-se classificá-lo quanto à época do evento causal em pré-natal, perinatal ou pós-neonatal. A grande maioria das causas do retardo mental não tem cura disponível, porém a definição da causa frequentemente ajuda a família a compreender o prognóstico e a estimar o risco de recorrência.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (CID-10, 1998), define e classifica a DI em 4 níveis, considerando os resultados nos testes de quociente de inteligência (Qi) e na capacidade funcional da pessoa:

- Retardo mental leve (Qi entre 50-69)
- Retardo mental moderado (Qi entre 35-49)
- Retardo mental grave (Qi entre 20-40)
- Retardo mental profundo (Qi abaixo de 20)

Segundo Mendes e Ferreira:

Através do trabalho, o indivíduo com deficiência mental pode demonstrar suas potencialidades e competências e construir uma vida mais independente e autônoma; conseqüentemente, o trabalho exerce também um efeito reabilitador na medida em que contribui para o aumento da autoestima e do nível de ajustamento pessoal e para a possibilidade de expandir suas perspectivas de vida (Mendes; Nunes e Ferreira, 2004, p.105).

De acordo com o autor, todas as crianças são únicas e, independentemente da deficiência em questão, apresentam características próprias. As características de aprendizagem típicas da criança com síndrome de Down, acompanhadas das necessidades especiais de cada criança, têm suas variações e necessitam ser consideradas. No entanto, as crianças com síndrome de Down têm um perfil de aprendizagem com características fortes e fracas. Conforme o atendimento especializado, o educador aplicará atividades significativas e relevantes de acordo com a necessidade exigida.

Alunos com síndrome de Down possuem idade cronológica diferenciada da idade funcional, portanto, não devemos esperar a mesma resposta que as crianças sem a síndrome. Essa deficiência surge decorrente de lesões cerebrais e ajustes funcionais do sistema nervoso.

Segundo estudos de Schwartzman (1999, p. 246), faz menção em relação ao fato de a criança não ter desenvolvido uma habilidade ou demonstrar conduta imatura em determinada idade, comparativamente a outras, com idêntica condição genética, não significa impedimento para adquiri-la mais tarde, pois é possível que a criança amadureça lentamente com o passar do tempo.

A síndrome de Down (Schwartzman, 1999, p. 3), ocorre por um erro genético, no momento da concepção do indivíduo, ou imediatamente após, que existe um atraso em todas as áreas do desenvolvimento e um estado de deficiência intelectual no indivíduo com a síndrome, não necessariamente havendo um padrão pré-definido de desenvolvimento nestes indivíduos, pois não necessariamente o desenvolvimento da inteligência dependeria dessa alteração cromossômica, mas sim todo o potencial genético e toda a influência que o meio causaria. Esse erro já está determinado na união do espermatozoide do pai com o óvulo da mãe.

Há muito tempo, não tinha informações de que um indivíduo com síndrome de Down exercesse a capacidade de ter um desenvolvimento cognitivo. Essa falta de informação era mantida e acompanhada de preconceitos com rótulos como inferiores e doentes, devido às suas dificuldades na fala, autonomia e motricidade, entre outras. Por essa situação, essas crianças eram na maioria das vezes excluídas do convívio social. Entretanto, hoje em dia, apesar das várias informações acessíveis sobre a síndrome de Down, a discriminação e o rótulo ainda estão presentes. Os estudos apontam que o portador da síndrome de Down pode se desenvolver como uma pessoa dentro dos padrões normais estabelecidos pela sociedade, todavia, o seu processo de desenvolvimento é um pouco mais lento, devido às lesões apresentadas no sistema nervoso, o que evidentemente acarretará prejuízos em seu aprendizado.

De acordo com Oliveira (2007, p. 19), a linguagem falada é considerada como uma das primeiras formas de socialização do ser humano. Por possuírem um atraso no desenvolvimento cognitivo, pessoas portadoras da síndrome de Down apresentam dificuldades na fala em relação à aquisição da linguagem, gerando certo problema de aprendizado para familiares e educadores da criança. No que diz respeito à palavra falada, desenvolve-se uma melhor compreensão; porém, a

criança pode expressar menos as palavras em si, o que pode interferir futuramente na leitura e escrita, a partir do ingresso na escola.

Segundo Piaget (1982), citado por Kammi (1990, p.33), a finalidade da educação é desenvolver a autonomia da criança, que é, indissociavelmente, social, moral e intelectual. A matemática, assim como qualquer outra matéria, deve ser ensinada no contexto desse objetivo amplo. De acordo com Constance Kammi (1990), a estimulação precoce é primordial para qualquer criança, seja ela com ou sem atraso.

De acordo com Ramozzi Chiarottino, citado por Chiabai (1990, p. 3), a inteligência para Piaget é o mecanismo de adaptação do organismo a uma situação nova e, como tal, implica a construção contínua de novas estruturas. Esta adaptação refere-se ao mundo exterior, como toda adaptação biológica. Desta forma, os indivíduos se desenvolvem intelectualmente a partir de exercícios e estímulos oferecidos pelo meio que os cerca. Vale também dizer que a inteligência humana pode ser exercitada, buscando um aperfeiçoamento de potencialidades, que evolui “desde o nível mais primitivo da existência, caracterizado por trocas bioquímicas, até o nível das trocas simbólicas”.

Mediante estudo, as pesquisas de Piaget buscam a compreensão de como o aprendiz passa de um estado de menor para maior conhecimento, apresentando evolução progressiva, o que está intimamente relacionado com o desenvolvimento pessoal do indivíduo.

## A FAMÍLIA E A EDUCAÇÃO

Dentre as várias definições de concepção de aprendizagem, o foco do artigo pesquisado segue uma linha de trabalho visando à relação entre o cérebro e a linguagem, valorizando a importância da família no desenvolvimento da criança. Ressalta a necessidade do bom convívio familiar para a aquisição da linguagem, priorizando a prevalência do afeto desde o nascimento, enfatizando que a criança se sinta amada e aceita. A boa convivência familiar favorece o estímulo das habilidades das crianças. Chacon (1995) afirma:

É importante a participação da família, pois a mesma deve incentivar e motivar as crianças com síndrome de Down e deficiência mental. A família deve ser orientada a colaborar e participar da vida escolar de seu filho (a) para a sua formação integral. Devido ao estudo que realizamos, podemos perceber que crianças com Síndrome de Down e deficiência mental desenvolvem de forma mais lenta, o que não as impede de aprender. O papel do professor é fundamental; por isso, ele deve trabalhar com metodologias diferentes em prol do aprendizado da criança.

Segundo Stelling (1996, p.68):

A orientação de pais deve ser mais do que aconselhá-los. Cabe à escola definir os papéis tanto da família quanto da própria escola, enquanto colaboradores do processo educativo. Há de se permitir aos pais um conhecimento bastante amplo de modo simples para que socializem com este universo de conhecimento.

É considerado por meio dos autores que as famílias das crianças com Síndrome de Down e deficiência mental devem receber apoio emocional, porque as famílias precisam expor suas dificuldades, seus medos e principalmente suas dúvidas. Com relação à família, Casarin (1999) afirma que “a família precisa repensar o significado da síndrome de Down para que, reformulando a imagem deformada que possuía, possa construir outra, não idealizada, que viabilize seu relacionamento com a pessoa portadora da síndrome”.

O fator relevante é amparar as famílias para que elas possam lidar adequadamente com os distúrbios consequentes das deficiências e aconselhar alguns pontos de importância, como estar sempre atentas aos questionamentos, usar uma linguagem de fácil acesso que facilite o entendimento, para que promova uma maior aceitação por parte da família e ajude na interação social dos portadores de necessidades especiais. A família deve manter uma relação saudável com as crianças com síndrome de Down e deficiência mental a fim de manter o equilíbrio no convívio familiar. De acordo com D'Antino (1998, p.35):

Acredito, porém, que quanto mais estruturada emocionalmente for a família, com relações afetivas satisfatórias, convivências de trocas verdadeiras, e quanto mais precocemente puder ser orientada, tanto maior será sua possibilidade de reestruturação e redimensionamento de funções e papéis e, conseqüentemente, de facilitação do processo de desenvolvimento de seu filho, na totalidade do Ser.

Muitas vezes, as famílias costumam proteger demais seus filhos, a ponto de tornar-se uma forma exagerada, conseqüentemente, podendo influenciar de forma negativa o desenvolvimento da criança, podendo afetar o desenvolvimento da autonomia e do convívio social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Percebe-se que é necessário haver uma qualificação contínua por parte dos profissionais da educação a fim de exercer seu papel com excelência, competência e responsabilidade para com os estudantes que possuem a síndrome de Down e deficiência mental, contribuindo dessa forma para o seu desenvolvimento satisfatório.

No entanto, constatamos que há inúmeros profissionais da área da educação que transmitem carinho, demonstram afetividade, amor, auxiliando de forma efetiva no processo de ensino-aprendizagem, bem como buscam constantemente novas metodologias com o objetivo de superar os fracassos e dificuldades enfrentados

por esses estudantes. É notório o desenvolvimento de suas atividades pedagógicas através da adaptação curricular, fazendo uso de exercícios diferenciados e diversificados como forma de agregar conhecimentos, dentro de um contexto adequado para esses indivíduos da educação especial.

Para Schwartzman (1999, p. 233), o processo educacional de uma criança é uma atividade muito complexa, que exigirá adaptações de ordem curricular, requerendo um cuidadoso acompanhamento dos educadores e pais. Mediante o autor, entendemos que a educação especial trouxe grandes avanços, contribuindo para a educação da criança com síndrome de Down, provando que toda criança, mesmo com atraso mental grave, pode ser desenvolvida.

Observa-se, por conseguinte, que as crianças que apresentam Síndrome de Down e deficiência mental desenvolvem-se em tempo diferenciado, de maneira mais vagarosa, o que não impede que elas assimilem o conhecimento; portanto, cabe ao educador trabalhar com atividades adequadas em função do avanço do desenvolvimento da aprendizagem da criança. É de fundamental importância que as crianças vivenciem experiências no dia a dia, recebam estímulos a fim de contribuir para o progresso de suas habilidades envolvendo o aspecto cognitivo.

Estudos comprovam que as dificuldades de aprendizagem são um tipo de transtorno ou desordem, no qual a criança tem dificuldade em aprender, desempenhar funções, compreender e concluir tarefas (Smith e Strick 2001, p. 15).

Neste estudo, percebe-se que é imprescindível um incentivo à estimulação das crianças com necessidades especiais desde a fase do seu nascimento, em que o cérebro humano é altamente instável, pois esse estágio é primordial para o desenvolvimento da criança, resultando na diminuição da falta de linguagem na fase inicial da infância, que pode acarretar consequências futuras.

Aprofundando o estudo, pode-se perceber que ainda há barreiras no processo de inclusão das crianças com Síndrome de Down e deficiência mental, visto que nem todas as escolas possuem infraestrutura física e pedagógica adequada para receber essas crianças.

No demais, percebe-se que a educação especial não conseguiu atingir as suas metas, que eram contribuir para a formação de adultos autônomos, capazes de desenvolver-se na sociedade, entre outras.

A família também representa um papel extremamente fundamental no processo de aprendizagem da criança, principalmente quando essa apresenta alguma deficiência. Para obter um resultado extremamente satisfatório, precisa haver uma parceria entre família e escola.

Farrell (2008, p.10) relata que, de qualquer modo, os alunos requerem programas específicos para favorecer o progresso na cognição e aprendizagem.

A participação atuante e qualificada dos profissionais da educação indica a real necessidade de que os sistemas educacionais valorizem a educação continuada investindo nos cursos de aprimoramento profissional dos educadores.

A seleção de procedimentos de ensino e materiais de apoio para compartilhar, confrontar e resolver conflitos cognitivos deve ser dinâmica, cabendo aos profissionais da educação avaliar os diferentes ritmos e interesses de aprendizagem e selecionar os recursos diferenciados que serão pertinentes ao caso.

Avalia-se a aprendizagem constantemente, coerente com os objetivos pré-estabelecidos, as atividades adaptadas e os recursos selecionados.

Por conseguinte, a ação pedagógica do educador mediando as atividades que o aluno ainda não tem autonomia para desenvolver sozinho é fundamental para que ele se sinta capaz de realizar, mesmo que seja com apoio de materiais ou do educador.

Consequentemente, prevalece o papel do educador enquanto mediador do conhecimento, intervindo e norteando o trabalho de acordo com a necessidade de cada criança, utilizando os recursos pertinentes e a metodologia adequada, a fim de contribuir para o desenvolvimento integral de cada criança da educação especial.

## REFERÊNCIAS

CASARIN, S. (1999). **Aspectos psicológicos na síndrome de Down**. Em J. S.

CHACON, M. C. **A dinâmica do drama é personalidade**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Especial. Integração, Brasília, p. 29-30. 1995.

CHIABAI, Isa Maria. **A influência do meio rural no processo de cognição de crianças da pré-escola: uma interpretação fundamentada na teoria do conhecimento de Jean Piaget**. Tese de Doutorado. São Paulo: Instituto de Psicologia da USP, 1990.

CONFERÊNCIA Mundial de Educação para Todos. **Declaração Mundial de Educação para Todos**. Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Brasília, DF: UNIFEC, 1990. BRASIL. Ministério da Educação.

D'ANTINO, M. E. F. (1998). **A máscara é o rosto da instituição especializada**. São Paulo: Memnon, p. 35.

FARRELL, Michael. **Dificuldades de aprendizagem moderadas, graves e profundas**. Porto Alegre: ARTMED, 2008. 104 p.

GOMES, A. L. Limaverde. *et al.* **Atendimento Educacional Especializado**. Deficiência Mental. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee>>. Acesso em: 20/08/2020.

KAMII, Constance. **A criança e o número**. Trad. Regina A. De Assis. Campinas: Papyrus, 1990. 124 p.

MACIEL, M. R. C. **Portadores de deficiência: a questão da inclusão social**. São Paulo em perspectiva. Vol. 14, n.º 2, São Paulo, 2000.

MARCOS Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 72 p. **Secretaria de Educação Especial**. Brasília-DF, 2010.

MENDES, E. G.; NUNES, L. R.; FERREIRA, J. R. **Estado da arte das pesquisas**. 2004.

MOTTA, P. A. **Genética humana: aplicada à psicologia e a toda a área biomédica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

PIAGET, J. **O nascimento da inteligência na criança**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 389 p.

SCHWARTZAN, J. S. **Síndrome de Down**. São Paulo: Mackenzie, 1999.

SCHWARTZMAN, José S. **Síndrome de Down**. São Paulo: Memnon, 1999. 324 p.

SMITH, Corine; STRICK, Lisa. **Dificuldades de Aprendizagem de A a Z: um guia completo para pais e educadores**. Trad. Dayse Batista. Porto Alegre: ARTMED, 2001, 332 p.

SILVA, N. L. P.; DESSEN, M. A. **Síndrome de Down: etiologia, caracterização e impacto na família**. Interação em Psicologia, v. 6, n. 2, p. 167-176, 2002. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/3304-6449-1-PB.pdf>. Acesso em: 08/09/2020.

SILVA, N. L. P. e DESSEN, M. Auxiliadora. (2003). **Crianças com síndrome de Down e suas interações familiares**. Psicologia: Reflexão e Crítica, 16 (3), 503-514. Sobre a profissionalização do portador de deficiência. Temas psicol., 2004, vol.12. Disponível em: <http://pepsic.bvspsi.org.br/pdf/tp/v12n2/v12n2a03.pdf>. Acesso em 20/11/2020

STELLING, E. (1996). **O aluno surdo e sua família. Seminário repensando a educação da pessoa surda**. Rio de Janeiro: INES, Divisão de Estudos e Pesquisa. Rio de Janeiro, p. 68.

VASCONCELOS, M. **Retardo mental**. J. Pediatra. (Rio J.) [online]. 2004, vol.80, n.2, suppl, pp.71-82. ISSN0021-7557. Disponível em: <http://www.scielo.br/scieloOrg/php/citedScielo.php?pid=S0021-75572004000300010&lang=en>. Acesso em 16/12/2020.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, p. 99. 1998.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.